



CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
São José do Barreiro - SP  
Rua José Bento Teixeira, 45 - centro  
Tel : (012) 577.1288 - Fax (012) 577.1183  
e-mail : [pmetsjb@fastnet.com.br](mailto:pmetsjb@fastnet.com.br)

000025

## **LEI N.º 015 DE 08 DE JUNHO DE 2000.**

**“ Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias de São José do Barreiro - SP , para o Exercício Financeiro de 2001 e dá outras providências correlatas”**

**MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA SANTOS,**  
Prefeito Municipal de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de São José do Barreiro, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

### **Capítulo I**

#### **Das Diretrizes Gerais da Elaboração da Proposta Orçamentária**

Artigo 1.º - De conformidade com o art. 165, parágrafo 2.º - II, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1998, com o art. 174, II, da Constituição do Estado de São Paulo, e Lei Orgânica do Município, parágrafo 2.º - II, art. 160, ficam estabelecidos, nos termos desta Lei das Diretrizes Orçamentárias - L.D.O. - que fixa parâmetros para o Exercício Financeiro de 2001 ( Dois mil e Um ).

Artigo 2.º - O Projeto de Lei Orçamentário Anual, do Município de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, para o Exercício Financeiro de 2001 ( dois mil e um ), será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, que compreenderá as metas, e prioridades para o Planejamento da Administração Municipal que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá, ainda sobre as alterações na Legislação Tributária.

§ 1.º - A Proposta Orçamentária Anual, compreenderá o Orçamento de todos os órgãos da Administração Municipal, inclusive os Fundos Municipais, integrando numa peça única, o



Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
São José do Barreiro - SP

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 - Fax (012) 577.1183

e-mail : [pmetsjb@fastnet.com.br](mailto:pmetsjb@fastnet.com.br)

000026

CGC n.º 45.200.623/0001 - 48

Poder Executivo e Legislativo, dentro dos princípios da legalidade, universalidade, anualidade e anterioridade.

I - As emendas ou projetos que modificam o Projeto de Lei do Orçamento Municipal Anual, não poderão ser aprovadas quando:

- a) sejam incompatíveis com o Plano Plurianual de Governo e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) não indiquem recursos necessários, para cobertura da despesa decorrente das emendas propostas;

§ 2.º - A Proposta Orçamentária para o Exercício de 2001( dois mil e um ), não conterá dispositivos estranhos a previsão da receita e fixação da despesa, será encaminhada até 30 de setembro do corrente exercício, para apreciação e votação da Câmara Municipal.

I - na proibição do presente artigo, não se inclui a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária ( ARO ).

II - O Orçamento anual, poderá conter valores sem despesas correspondente como Reserva de Contingência, para serem utilizados em créditos adicionais suplementares e especiais do exercício financeiro.

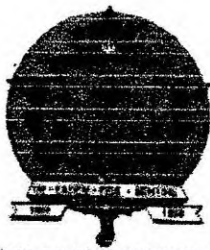
§ 3.º - Na estimativa da Receita, considerar-se-á a tendência do exercício anterior e, os efeitos das modificações na Legislação Tributária Federal, Estadual e Municipal.

§ 4.º - Os valores da Receita e da Despesa, contidos no Orçamento Anual para 2001 ( dois mil e um ) e, bem como, os quadros que o integrarão, serão expressos em reais, a moeda corrente no País.

§ 5.º - A Proposta Orçamentária Anual, fixará em quadros demonstrativos hipóteses inflacionárias mensais, que serão adotadas no período de janeiro a dezembro, para fins de parâmetro, como ponto norteador, para as estimativas fixadas, no Orçamento Público, do Exercício Financeiro correspondente.

§ 6.º - A Proposta Orçamentária Anual, fixará, também critérios para atualização das dotações orçamentárias, a serem aplicadas durante o transcorrer do Exercício Financeiro de 2001 ( dois mil e um ).

§ 7.º - Os projetos em fase de execução, terão prioridades sobre os demais que forem, porventura iniciados ou, programados.



CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
São José do Barreiro - SP

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 - Fax (012) 577.1183

e-mail : [pmetsjb@fastnet.com.br](mailto:pmetsjb@fastnet.com.br)

000027

§ 8.º - O município de São José do Barreiro, aplicará, de suas receitas resultantes de impostos, o mínimo de 25 % ( vinte e cinco por cento ) bem como repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, conforme preceitua, a Constituição da República Federativa do Brasil, suas alterações e Lei das Diretrizes de Base da Educação Nacional, para assegurar a universalização do ensino fundamental obrigatório, atuando, prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

§ 9.º - O Município, através do Decreto do Executivo poderá conceder subvenções sociais à Entidades, legalmente reconhecidas e, que prestem serviços nas áreas de Educação, Saúde e Assistência social, até o limite consignado na Lei Orçamentária Anual.

I - As entidades que não prestarem contas na forma da legislação pertinentes e, instruções de órgãos fiscalizadores, de recursos recebidos anteriormente, ficarão impedidas de receberem novos recursos, sob quaisquer títulos.

§ 10 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção de programa, projetos e atividades, estabelecidas em Plano Plurianual de Governo, para serem incluídas em Propostas Orçamentárias Anuais.

§ 11 : - O Poder Executivo, poderá firmar convênio com outras entidades e esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de Educação, Cultura e Saúde, além de outras que forem objetos de autorização pela Câmara Municipal.

§ 12 - Na Programação da Despesa Orçamentária e Extra, o Executivo atenderá aos seguintes objetivos:

I - Manter o equilíbrio entre a Receita e a Despesa, de modo a reduzir a percentuais mínimos, as eventuais insuficiências de caixa e desequilíbrio financeiro.

II - Assegurar, em tempo hábil, os recursos necessários e suficientes à melhor execução do programa anual de trabalho, de cada área de Administração Municipal.



CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

Prefeitura Municipal da Estância Turística de

São José do Barreiro - SP

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 - Fax (012) 577.1183

e-mail : [pmetsjb@fastnet.com.br](mailto:pmetsjb@fastnet.com.br)

000028

## CAPITULO II

### DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Artigo 3.º:- A Proposta Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2001 ( dois mil e um ) que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, observando-se as diretrizes orçamentárias estabelecidas nesta L.D.O., compor-se-á de:

I - Mensagem

II - Projeto de Lei Orçamentária

III - Quadros Demonstrativos conforme parágrafo 1.º, inciso I, II, III e IV, e parágrafo 2.º, incisos II, III, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de Março de 1964, com as classificações Institucional, Econômica e Programática

IV - Programa de Trabalho do governo

V - Metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo as despesas correntes e de capital

## CAPITULO III

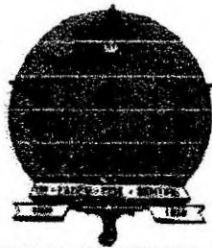
### DAS PROPOSTAS RELATIVAS A PESSOAL

Artigo 4.º :- A Administração Municipal, adotará, conforme preceitua o art. 37, II, da Constituição Federal, o Concurso Público para investidura em cargo ou emprego público, ressalvados os cargos em comissão, declarados em leis, de livre nomeação e exoneração e demais estabelecidos em legislação federal e municipal. ( conferido até aqui

Artigo 5.º:- A fixação de valores das orçamentárias destinadas a atender despesas com pessoal e encargos, dar-se-ão na conformidade do Quadro de Cargos e Funções, preenchidos na forma da legislação vigente.

Artigo 6.º - As despesas com pessoal, compreendendo os Servidores Municipais Ativos e Inativos, Encargos





Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
São José do Barreiro – SP

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 – Fax (012) 577.1188

e-mail : [pmetsjb@fastnet.com.br](mailto:pmetsjb@fastnet.com.br)

000029

CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

Patronais, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Presidente da Câmara Municipal, em atendimento a Emenda Constitucional n.º 96, de 31/05/99, ficam limitadas 60% ( sessenta por cento ) de conformidade com os princípios constitucionais, atuais vigentes.

Artigo 7.º - Serão previstas na Proposta Orçamentária Anual, as despesas de pessoal, com promoção, benefícios e vantagens decorrentes da legislação vigente à época da elaboração da proposta orçamentária referida, suplementadas se alguma outra legislação suplementar for aprovada após a sanção da Lei de Meios.

## CAPITULO IV

### DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 8.º - O Poder Executivo, enviará, quando necessário, à Câmara Municipal, Projetos de Lei, dispondo sobre alterações na Legislação Tributária Municipal.

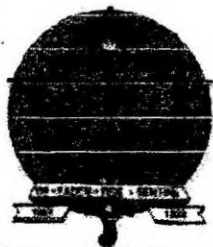
Artigo 9.º - No decorrer do exercício corrente, poderá ser votada a Legislação Tributária para vigir no exercício de 2001 ( dois mil e um ), bem como as demais:

Artigo 10 - O Código Tributário Municipal, deverá consolidar, além da Municipal, toda a legislação no âmbito Federal, Estadual

Artigo 11 - O pagamento dos serviços da dívida pessoal e encargos, terão prioridades sobre as demais.

Artigo 12 - Fica obrigatória a inclusão na Lei de Meios Municipal, dotação necessária a pagamentos de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 01 de julho do ano em que se elabora o Orçamento Anual para o exercício financeiro seguinte.

Parágrafo Único – A exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, exclusivamente na ordem cronológica da apresentação dos precatórios, pelo Tribunal de Justiça, ao Executivo.



CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

Prefeitura Municipal da Estância Turística de

São José do Barreiro - SP

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 - Fax (012) 577.1183

e-mail : [pmetsjb@fastnet.com.br](mailto:pmetsjb@fastnet.com.br)

000030

Artigo 13 - As operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária, deverão ser liquidadas até o último dia do encerramento do exercício, em que for contraída.

Artigo 14:- Os créditos suplementares abertos por decreto do Executivo, quando destinados a suprir eficiência de dotações, relativas aos serviços da dívida pública, não excederão ao limite autorizado na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único - Os créditos abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ter vigência plurianual, os créditos extraordinários.

## CAPITULO V

### DO PLANO PLURIANUAL

Artigo 15 - Qualquer alteração, no Plano Plurianual de governo ( 1998 - 1999 - 2000 - 2001 ), vigente, deverá ser proposta e enviada ao Legislativo, para apreciação e votação, após estudos, diagnósticos, e seleção de prioridades estabelecidos pelo Executivo, até a data do envio ao Legislativo do Projeto de Lei do Orçamento Anual, para o exercício financeiro subsequente.

## CAPITULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá ser apreciado e votado pela Câmara Municipal, e ainda, devolvido, ao Executivo, para sanção, até o final do exercício de 2000, para que o Município possa realizar bens e serviços públicos municipais, dentro da legislação vigente.

§ 1.º - Caso o Projeto de Lei de que trata o art. 16, destas disposições finais, Capítulo VI, não seja aprovado dentro do exercício em curso, o Poder Executivo poderá executá-lo através de duodécimos mensais, até a aprovação do mesmo.



CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
São José do Barreiro - SP**

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 - Fax (012) 577.1183

e-mail : [pmetsjb@fastnet.com.br](mailto:pmetsjb@fastnet.com.br)

000031

§ 2.º - O repasse de duodécimos para a Câmara Municipal no Exercício de 2001, será feito com base no percentual do seu orçamento em relação ao orçamento em relação geral do Município, observando-se, as determinações da Emenda Constitucional n.º 25, de 15/02/2000, para vigorar a partir de 01/01/2001, que os gastos não poderão ultrapassar os percentuais relativos ao somatório da receita tributária e transferência previstas no § 5.º, do art. 153, e nos art. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior.

§ 3.º - O numerário correspondente as dotações do Poder Legislativo, compreendidos os créditos orçamentários, os adicionais suplementares e especiais, se ocorrer, será entregue em duodécimos até o dia 20 ( vinte ) de cada mês.

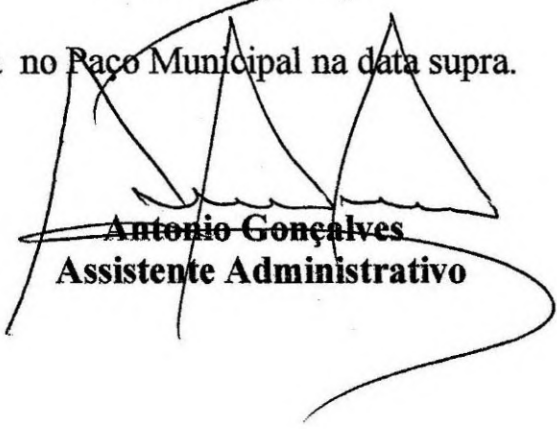
Artigo 17:- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 1.º ( primeiro ) de Janeiro de 2001.

Artigo 18: Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro, 08 de Junho de 2000.

  
**Marco Antonio de Oliveira Santos**  
**Prefeito Municipal**

Publicada no Paço Municipal na data supra.

  
**Antonio Gonçalves**  
**Assistente Administrativo**